



CONFIGURAÇÕES DE IDENTIDADES PROFISSIONAIS NA HOTELARIA PELOTENSE DO SÉCULO XX: O CASO DE YARA BALREIRA DA SILVA

RENATA DUARTE¹; DALILA MÜLLER²

¹Universidade Federal de Pelotas – renata.duarte7@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – dalilam2011@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A história da hotelaria na cidade de Pelotas tem seu início em meados de 1840, período em que a cidade estava retomando o seu desenvolvimento, paralisado pelos dez anos de Revolução Farroupilha. Após esta retomada, principalmente a partir da década de 1860 até 1890, se dá o auge da economia pelotense com a grande produção de charque que ocorria. Com a forte imigração decorrida da Segunda Revolução Industrial, durante a segunda metade do século XIX e o início do século XX, diversos imigrantes se estabelecem na cidade, entre eles alemães, italianos, franceses, entre outros, e seus descendentes que abriram hotéis em Pelotas, contribuindo para o desenvolvimento desta atividade na cidade (QUINTANA, 2016).

Os primeiros registros da hotelaria pelotense datam de 1843 e, como descreve Teixeira (2018), se referem ao Hotel Aliança, cuja abertura teria sido anterior mesmo ao fim da Revolução Farroupilha. A documentação também aponta o imigrante alemão Adolph Hermann Schreiber como um dos primeiros proprietários do hotel, sendo possível notar que, como em diversas cidades do país, a hotelaria sempre contou com a intensa presença de estrangeiros na atividade (TEIXEIRA, 2018).

Além de Adolph Hermann Schreiber, o Hotel Aliança teve outros proprietários, como Santyago Prati e Thomaz Gotuzzo e seu filho Caetano Gotuzzo (século XIX até 1927), Jerônimo Del Grande (década de 1920 e 30), Eduardo Henriques Nogueira (década de 1940), Martin Zabaletta & Cia. (década de 1940) e Altair Dantas – arrendatário (décadas de 1940-50 e 60).

Ao longo dos anos, com a realização de diversas reformas e com os proprietários citados acima, muitos foram os funcionários que atuaram no hotel até o seu fechamento em 1968. Assim, sendo possível identificar as questões trabalhistas que percorreram o local, como tantos outros hotéis, em razão dos processos trabalhistas encontrados no acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas existente no Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Um dos processos encontrados no acervo que tem como parte reclamada (a qual é processada) o Hotel Aliança é o de Yara Balreira da Silva, que teria iniciado suas funções no local em 1937 como “serventa” e ao retornar de férias em 1941 o empregador, na época Jerônimo Del Grande, a teria transferido para a função de “ajudante de cozinha”. Ao ponderar não ser possível exercer o novo cargo em vista de proibição médica de trabalhar junto ao calor ou fogo, foi demitida sem qualquer aviso.

O processo perdurou por um ano na justiça, com audiências e alguns relatos de testemunha em cartas, mesmo após a morte de Jerônimo Del Grande, fator intrigante em se tratando de uma mulher enquanto reclamante do lugar de trabalho - situação não muito comum para o período.

Assim, este estudo é uma pesquisa inicial relacionada ao projeto de pesquisa “A História da Hotelaria em Pelotas na primeira metade do século XX” e tem por objetivo analisar o processo trabalhista de Yara Balreira da Silva, no que se refere às relações trabalhistas da época, encontrado no NDH da UFPel, contra



o Hotel Alliança, o mais antigo da cidade conforme os registros do jornal Diário Popular (1885) e Almanaque Pelotense (1913).

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo é a qualitativa com caráter analítico documental, sendo o principal instrumento os processos trabalhistas dos hotéis existentes no Núcleo de Documentação Histórica, o qual surgiu, em março de 1990, aproveitando uma demanda da Reitoria da UFPel da época por um local que também guardasse a documentação sobre a história da universidade (GILL; LONER, 2014).

Em seus 30 anos de existência, o núcleo conta com um acervo documental que abarca os movimentos sociais e políticos da região, dentre eles os processos trabalhistas da cidade de Pelotas e região de quase toda a segunda metade do século XX (1940 a 1990). De acordo com Koschier (2019),

O acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas, alocado no NDH, é composto de 93.845 processos, os quais ocupam aproximadamente 327,4 metros lineares, perfazendo um volume aproximado de 36,94 metros cúbicos, dispostos em dois ambientes. (KOSCHIER, 2019, p. 8)

Em meio a esses, se encontram os processos referentes a hotelaria pelotense. Segundo Teixeira (2018), estes trazem diversas informações de grande relevância sobre os hotéis, tais quais o endereço, proprietários, funcionários e hóspedes, além das relações interpessoais e trabalhistas que se decorriam.

Ao se analisar a década de 1940, identificou-se o peculiar processo de Yara Balreira da Silva contra Jerônimo Del Grande, na época proprietário do Hotel Alliança, um dos mais antigos e renomados da cidade. A documentação se destaca em razão da questão de gênero, pelo fato de a parte reclamante se tratar de uma mulher e o período de um ano que essa prosseguiu na justiça, além dos relatos das testemunhas que destacam um comportamento não submisso em ambiente de trabalho, ainda que com controvérsias.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história da hotelaria em Pelotas, de acordo com registros documentais, tem seu início com o Hotel Alliança em 1843, de propriedade do imigrante alemão Adolph Hermann Schreiber, sendo, então, de grande relevância na construção da memória coletiva da cidade. O hotel esteve em funcionamento até 1968 quando foi vendido, se tornando a atual Galeria Zabaleta; e ao longo dos 125 anos de existência perpassou pelas diversas transformações econômicas e sociais que Pelotas teve, assim como a regularização e regulamentação do trabalho.

Neste sentido, os processos trabalhistas se tornam fontes muito importantes de análise documental para melhor compreender a composição da história do setor hoteleiro e amplitude da caracterização das ocupações na carteira de trabalho por meio das relações de trabalho que eram estabelecidas, neste caso, no Hotel Alliança. E, em uma breve análise da década de 1940 foi possível indicar o processo de Yara Balreira da Silva, 35 anos, mulher, brasileira, desquitada (termo anterior à instituição do divórcio), contra Jerônimo Del Grande, o proprietário do Hotel Alliança naquele período.

Yara entrou na Justiça do Trabalho em 1941 alegando ter trabalhado no hotel desde 19 de janeiro de 1937 como “serventa” (camareira), recebendo o salário de 210 mil réis, e que ao retornar de férias em 25 de março de 1941 teria tido a função trocada para “ajudante de cosinha”. Ao saber disso, Yara ponderou não ser possível realizar tal função visto proibição médica de trabalhar junto ao fogo ou calor, sendo posteriormente demitida sem qualquer aviso e resultando, de



acordo com o processo, em

(...) caso típico de rescisão de contrato de trabalho, sem justa causa, pois, em primeiro lugar, o empregador quiz, de modo unilateral, alterar condição essencial do contrato de trabalho, e, em segundo lugar, havia motivo justo, conforme prova o atestado médico incluso (...)” (p.1)

Em razão disso, solicitou a indenização no valor de 1 conto e 50 mil réis perante a lei em quatro meses de indenização conforme os artigos 1 e 2 da Lei nº 62, de 5 de junho de 1935. Tal fato prosseguiu com a realização de uma audiência na qual Jerônimo Del Grande não compareceu em razão da não expedição da notificação da audiência para este em um primeiro momento, a qual foi remarcada para 9 de dezembro do mesmo ano após o envio das notificações.

A audiência teve início com Jerônimo Del Grande, representado por Henrique Biasino, sendo por este recolhido o depoimento da testemunha trazida pelo reclamado, Salvador Hitta Porres, guarda-livros (atual contador), gerente do Diário Popular, o qual declarou mediante as perguntas do procurador nomeado por Yara, Antônio Bainy, que a troca de funções da reclamante teria ocorrido em razão de reclamações dos hóspedes a respeito de palavras e atitudes grosseiras desta, tendo presenciado algumas situações. Declarou também que ela sempre manteve sua “colocação” de servente, antes se referindo aos quartos e, posteriormente, a cozinha. E que logo que Yara soubera da troca não alegou questões de saúde, apenas indicou por diversas vezes que iria embora caso houvesse mesmo a mudança de ocupação.

Anexo à documentação de defesa do processo, o reclamado trouxera duas cartas referentes a João Latoada e Frederico Bebbá, funcionários do Ministério do Trabalho que teriam se hospedado no hotel, como afirmado por Porres, e igualmente presenciado alguns dos momentos de má conduta da ex-funcionária, relatando linguajar grosseiro e pendente. Ademais, confirmou para o procurador o fato de que logo que a reclamante ter se despedido, Jerônimo Del Grande deu conhecimento ao fiscal do Ministério do Trabalho sobre a situação, tendo este iniciado o inquérito.

Já em relação a Yara Balreira, foi possível identificar que em suas cartas de procuração se reconhece enquanto “camareira” e não enquanto “servente”, evidenciando que as ocupações da hotelaria estavam começando a se formar durante esse período, eliminando aos poucos o caráter de empresa familiar. Yara não trouxe testemunha de defesa. Em seu depoimento afirmou ao procurador, Biasino, não lembrar quando havia pedido ao médico o atestado que foi anexo ao processo, que não tinha apresentado ao empregador por este não tê-la dado oportunidade para isto, mas que o tinha em posse, e que o incidente que culminou em sua demissão acontecera em 25 de março de 1941. Além disso, quando questionada também relatou ter servido dois hóspedes que trabalhavam no Ministério do Trabalho que o reclamado cita, bem como que era muito maltratada no emprego, por vezes tendo chorado nas dependências do hotel.

Em contrapartida, Jerônimo Del Grande afirma que o atestado médico apresentado não era esclarecedor com relação à enfermidade da moça, bem como que ela não poderia estar em posse do documento no dia 25 de março quando este é datado do dia 30 de março de 1941. Também expõe que

(...) sua transferência de servente de camareira para servente de cosinha, não importava em ter a reclamada que trabalhar perto do fogo, pois é sabido que quem trabalha perto do fogo são os cosinheiros e um hotel de primeira ordem como é o Aliança, não poderia transferir para cosinha um servente de camareira; o serviço que lhe tinha destinado era de auxiliar a limpeza, arrumação de louças, toalhas etc (...). (p.11)



O processo tem sua continuidade com o juiz propondo por duas vezes a conciliação entre ambas as partes, sendo prontamente negada pelos dois. O reclamado alega que Yara não teria respeitado o tempo exigido por lei para que o ex-empregador pudesse substituí-la, caracterizando o abandono de serviço; e igualmente que teria motivos para a demitir visto que as reclamações dos hóspedes apenas aumentavam, em alguns casos relatando até mesmo “palavras imorais”, atitudes muito distintas das quais possuía em seu início de função.

Além disso, Jerônimo Del Grande refere que na caderneta profissional (criada nacionalmente em 1932) da reclamante estaria anotado apenas a função “servente” sem quaisquer outras especificações, podendo, assim, essa exercer todo e qualquer trabalho relacionado a função. Del Grande também declara ser contra medidas extremas, por isso teria trocado Balreira para o posto de servente de cozinha, de modo que a moça não tivesse mais contato com os hóspedes, cessando os problemas aparentes, o que, de acordo com seu depoimento, se findou na demissão de Yara que alegava “ir embora” e que “na cozinha não ficava”, muito provavelmente em razão de sua identificação como “camareira”.

Nesse sentido, a partir do último documento disponível do processo para análise, datado de 1942, foi possível identificar que este se encaminhou para uma finalização à favor de Jerônimo Del Grande, utilizando como argumento principal a ocupação descrita na caderneta profissional de Yara, ainda que ela por diversas vezes afirme sua profissão enquanto “camareira de hotel”. A documentação também aponta que Balreira entrou com recurso na justiça mediante a decisão.

4. CONCLUSÕES

Os processos trabalhistas são fontes documentais de grande importância para a pesquisa histórica da hotelaria pelotense e as relações de trabalho que se estabeleceram no decorrer dos anos. O processo de Yara Balreira da Silva possibilita evidenciar outros aspectos envolvendo o setor hoteleiro, tais quais a existência de profissões generalistas em decorrência da estrutura familiar em que eram baseados esses meios de hospedagem e que, assim, costumava resultar em imprecisões nas carteiras de trabalho.

Ademais, entende-se este processo como fundamental no que diz respeito às questões de gênero no século XX, por ser uma mulher separada a recorrer durante um ano na Justiça do Trabalho por seus direitos, reivindicando a ocupação e as funções que desempenhava antes mesmo da regulamentação desta.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GILL, L. A. LONER, B. A. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL e seus acervos sobre questões do trabalho. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 109-123, ago. 2014.

KOSCHIER, P. Guia do Arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas. Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Professora Beatriz Loner. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 11, p. 1-20. 2019.

Processo Trabalhista de Yara Balreira da Silva (Reclamante) e Jerônimo Del Grande (Reclamada). N. 103/43, Ano 1941, Escrivania do Júri de Pelotas, NDH.

QUINTANA, C. B. **Hotelaria em Pelotas na década de 1940: Proprietários alemães ou descendentes**. 2016. 63f. Monografia - Curso de Bacharelado em Turismo, Universidade Federal de Pelotas.

TEIXEIRA, L. P. **A Trajetória do Hotel Aliança (1843-1968): 124 anos de História em Pelotas/RS**. 2018. 105f. Monografia - Curso de Bacharelado em Turismo, Universidade Federal de Pelotas.